

XVI Jornadas sobre a função social do museu

Montalegre 2005

Alfredo Tinoco

Estamos prestes a encerrar as XVI Jornadas Sobre a Função Social do Museu.

Desde 1988, ano em que reunimos as las. Jornadas na Quinta da Suberra em Vila Franca de Xira, que nos temos encontrado anualmente. Esta “longevidade” no âmbito das instituições museológicas portuguesas é já por si motivo de celebração. Sobretudo se observarmos que alguns de nós temos estado presentes desde as primeiras Jornadas.

Mas temos este ano, outra efeméride a celebrar: os 20 anos do MINOM. De facto, foi em Lisboa em Novembro de 1985 (se não erro, no dia 5 desse mês) que a Assembleia Constitutiva aprovou os estatutos do Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Nessa ocasião, foram divulgados entre nós e, pela primeira vez amplamente discutidos, textos que nos habituámos a considerar como textos fundacionais do Movimento. Refiro-me à Declaração de Santiago do Chile, à Declaração de Oaxtepec, à definição, então muito recente, de G. H. Rivière, de Ecomuseu.

Ouvimos, quase alumbrados – falo por mim – companheiros que nos traziam não só ideias novas, mas mundos novos e possíveis: Marc Maure que tão bem sabia explicar as entidades conceptuais com que trabalhava o Novo Museu – a comunidade, o território, os patrimónios; o Felipe Lacouture que nos falava da Museologia Nova como “um acto pedagógico para o

desenvolvimento”; a Marie-Odile de Bary que proclamava o Museu como território para a experimentação social; o René Rivard, que criava museus nas “sete partidas do mundo”, transformando-os em “consciência crítica” das sociedades em que estavam implantados e insistia nos “novos recursos” da museologia, na necessidade de fazer parceiros e estabelecer redes (coisas completamente novas para nós à época) na urgência de pôr os museus a trabalhar de par com outras instâncias para a mudança social e política, para a “libertação” – sem adjetivos. Estas palavras, estas ideias, estes conceitos, foram as mesmas que aqui ouvimos nestes três dias. Naturalmente iluminadas pela nossa prática de 20 anos, pelas nossas trocas de experiências, que para isso também servem as jornadas, pela nossa reflexão constantemente actualizada a que nos obriga o aparecimento de novos problemas.

Afinal, o que temos discutido ao longo destes 20 anos? Eu acho que, felizmente, discutimos sempre o mesmo - O Novo Museu. E o papel que cabe na transformação das sociedades a este Museu de Tipo Novo. E isto é sabido: o mundo é sempre o mesmo, mas continuamente se transforma “tomando sempre novas qualidades”, pois que aquilo que nele é sempre permanente é a “mudança” como tão bem sintetizou o nosso poeta.

Na museologia acontece-nos de igual modo porque os problemas nunca acabam e constantemente se renovam. É por isso que todos sabemos que o Museu nunca está acabado. O museu e a museologia são áreas do pensamento e da aplicação prática que estão sempre em devir.

São também estes 20 anos de “permanências renovadas e renovadoras” que aqui celebramos. Já

temos algo de que nos lembrar e que nos liga ao nosso próprio passado. Talvez devêssemos reabilitar uma palavra que nós próprios ajudámos a pôr em desuso e a enterrar. A palavra “monumento”. De facto, o verbo latino “*monere*” exprime aquilo que lembra, aquilo que liga ao passado, aquilo de que, afinal, precisam todas as sociedades para construir o presente e ter confiança e segurança no futuro.¹

A tudo isto que nos liga aos antepassados passámos, afinal, a chamar “património”. Esta foi, talvez, a metáfora que mais vezes aqui foi proferida nestes dias. Na verdade, só por metáfora podemos chamar “património” a um conjunto vastíssimo de bens culturais de todas as naturezas e que não cessa de ser aumentado.

É então com esta “matéria prima” que trabalham os museus. Com o património e as memórias. Razão mais do que suficiente para centrarmos a nossa reflexão sobre a noção de património que aqui foi uma vez mais glosada em diferentes perspectivas. Começo pela mais problemática e que todos conhecemos. A tendência cada vez mais acentuada das sociedades globalizadas para encarar o museu como um mercado e logo o(s) património(s) como uma mercadoria que é preciso rendibilizar. Não é decididamente essa a nossa posição teórica e operativa. Nem é esse o nosso posicionamento ético perante o património. Encaramo-lo, antes, como um vestígio do passado, aquilo que nos liga a esse passado e que desempenha a função de mediador entre nós e os antepassados, entre nós e os vindouros, entre nós e os outros nossos contemporâneos. Tal posição, que é a nossa, implica vários planos de abordagem e vários campos de actuação de que já nos ocuparemos

¹ Ver ALMEIDA, C. A. Ferreira de – Património – Riegle hoje, in Revista da Faculdade de Letras, ii série. Vol. X, Porto, 1993

por serem funções e responsabilidade do Museu de Tipo Novo.

A diversidade, a complexidade e a extensão do conceito de património com que trabalhamos há muito, levou a uma preocupação acrescida nos últimos anos por parte dos organismos internacionais e também da generalidade dos museus, com o património imaterial. Tal preocupação foi também aqui trazida à colação e muito a propósito. Hajam em vista o território, as especificidades comunitárias, as tradições com que trabalha o Museu do Barroso que nos acolheu. Este património implica, também ele, novos problemas teóricos, metodológicos e éticos, que precisamos de definir para nos pormos ao trabalho enquanto ainda é tempo. É esse património intangível que permite entender na sua extensão os patrimónios materiais no seu contexto. É ele que permite interpretar o espaço em que nos situamos e que, por sua vez, foi por esse espaço estruturado.

Posto isto, e sabendo que a noção de património com que hoje trabalhamos é uma noção formada por camadas sobrepostas² desde a mais alta antiguidade e que comporta vertentes religiosas, monárquicas, familiares, sociais, nacionais, e áreas de trabalho administrativas e científicas, centremo-nos numa noção operativa que nos permita enquadrar o nosso labor quotidiano nos museus. Chamamos património a um conjunto de bens naturais, de vestígios físicos (móveis e imóveis) e imateriais que herdámos do passado, e que queremos que permaneçam no tecido cultural da nossa sociedade.

²Ver a respeito da formação do conceito de património BABELON e CHASTEL, La Notion de Patrimoine, Liana – Levi, Paris, 1994

Para tanto estabelecemos três planos de abordagem (e é este o trabalho dos museus):

- Em primeiro lugar o Campo de Salvaguarda, com as acções de identificação e estudo, inventariação, de valorização, de conservação, de reutilização, ou até de destruição, quando depois do registo e do estudo se verifica que, por qualquer razão, não nos fazem falta.
- Em segundo lugar o Campo de Estudo e de Investigação. É este o plano capaz de transformar os vestígios patrimoniais em matéria de conhecimento pela intervenção do nosso arsenal teórico, dos conceitos, da formulação das hipóteses de trabalho, de metodologia apropriada... Trata-se então de explicar, de interpretar e de conhecer e tornar conhecida uma determinada realidade histórica através do estudo objectivo dos vestígios físicos e imateriais. E bem sabemos como esta problemática é variada, é complexa e, por isso, implica o trabalho em equipa e o exercício da pluridisciplinaridade e da transdisciplinaridade.
- Finalmente, o terceiro campo de actuação, o Campo de Divulgação. Trata-se de transmitir os resultados do nosso trabalho:
 - a) na área do conhecimento para
 - modificar as ideias correntes em relação ao património, à história, à cultura e à nossa relação com elas;
 - para permitir ampliar o acesso à cultura (à fruição e à criação culturais);
 - para estabelecer relações entre história, cultura, ciência...
 - Mas também na
 - b) área da comunicação
 - pelos meios gráficos tradicionais;

- pelos meios audio visuais;
- pela boa e eficaz organização das visitas guiadas;
- pela edição de catálogos das exposições;
- pela exposição, usando uma linguagem apropriada e eficaz.

Estabelecido assim, o conceito operativo de Património, queria chamar a atenção para três ideias:

- 1 . o Património Cultural não se interessa apenas pelos vestígios mortos do passado mas identifica e valoriza igualmente os vestígios vivos, isto é, aqueles bens culturais nossos contemporâneos que, tal como os outros, nos garantem a qualidade de vida que é uma das funções do património;
- 2 . a salvaguarda dos vestígios materiais e imateriais só tem sentido se forem olhados, integrados, compreendidos e explicados na sua relação com a sociedade histórica que os produziu, utilizou e consumiu;
- 3 . a difusão dos bens culturais tem de fazer-se no respeito e na manutenção da integridade e autenticidade desses bens assegurando a sua conservação. Caso contrário estamos a contribuir para a tal mercantilização do património. E isso já recusámos.

Centremo-nos então no museu. Estas Jornadas decorreram sob a epígrafe “Ecomuseologia - Identidade e Desenvolvimento”. Repararam como o conceito de “Desenvolvimento” já não precisa de adjectivação? Sinal de que as nossas reflexões de há anos para cá vão dando os seus frutos. Já sabemos bem qual é o desenvolvimento que queremos, que não é apenas o crescimento económico, que passa pelo

museu/mercado como aqui foi definido pelo professor Xerardo Pereiro³

O Museu que hoje reivindicamos é próximo daquele que o professor Xerardo definiu como o Museu Glocal. Neste museu de tipo novo o que é específico não é o nós a (identidade). Isso foi o ponto de partida. O que lhe é específico é a relação nós – outros. É usar o “espelho” de que falou Rivière a propósito do Ecomuseu para nos revermos e estendê-lo ao outro para nos conhecer. E é usar o espelho do outro. Então sim o museu será um “mecanismo de contrabando intercultural”. Então, sim: o museu da comunidade local que fala do homem todo criticamente, como há vinte anos propunha René-Rivard⁴ e como o definiram em 1991 as nossas IV^{as} Jornadas que tiveram lugar no M. N. H. Natural. A declaração que saiu dessas Jornadas e foi publicada no Boletim, traz-se aqui à lembrança por ser ainda actual e estarmos em tempo de celebração. Este museu em que trabalhamos e sobre o qual reflectimos, cumpre então na sociedade contemporânea um duplo objectivo:

- por um lado recolhe, estuda e preserva em condições optimizadas um património cultural e trata de assegurar a sua transmissão aos outros e às gerações futuras;

- por outro lado acentua a sua missão educativa que se dirige a um público amplo e de interesses muito variados a quem se oferece a possibilidade de desfrutar do Património Cultural.

Foi assim que passámos do conceito de Museu Convencional que promovia a sacralização do património cultural a um Museu entendido como o lugar

³ Ver a comunicação de PEREIRO, Xerardo Globalização e Museus: Relações Transfronteiriças apresentada nestas Jornadas.

⁴ RIVARD, René – *Que le Musée s'ouvre*, Québec, 1984

em que a presença dos objectos não leva apenas ao deleite e à contemplação, mas onde se promove uma relação entre património e público num contexto social e cultural intencionalmente determinado. É por isso que tanto valorizámos o papel científico, cultural e educativo do património e dos museus.

De facto, as instâncias internacionais definem hoje o Museu como um agente educativo e cultural que se inscreve na linha da educação permanente e da educação para todos. Mesmo que a acção do Museu se desenvolva na área da educação não convencional, ele deve constituir-se como uma unidade de aprendizagem exemplar, eficazmente complementar do ensino formal e, sobretudo, como o espaço em que a experimentação e o prazer da descoberta têm lugar obrigatório.

Este instrumento de que um poder e uma comunidade se servem para afirmar e reforçar a sua matriz identitária (o espelho) tem de servir igualmente para alterar as condições de vida, melhorar os níveis de bem-estar, conquistar índices de qualidade de vida compatíveis com o desenvolvimento equilibrado e sustentável⁵.

É esse o papel social que cabe à museologia contemporânea. E é esse o papel que nos cabe a nós utilizar esse instrumento para mudar o mundo.

⁵ Sobre o conceito de Ecomuseu cf. RIVIÈRE, G. H. LA MUSÉOLOGIE SELON, Donod, Paris, 1989 e, sobretudo, JOUBERT, Alain « L' Écomusée: définition et missions à travers l' exemple de la Basse-Seine » in CROGIEZ, Sylvie e FLAMBARD-HÉRICHER, Anne-Marie., in Conservation et mise en valeur du patrimoine culturel. Pp. 13-21, Pub. Université de Rouen, 1999.